



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



LEI Nº 4.190, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de
Santo Ângelo para o exercício financeiro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO (RS), no uso das atribuições que
lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Santo Ângelo para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

I — o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II — o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

III — o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 227.560.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões quinhentos e sessenta mil reais).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES	83.649.500,00	119.177.500,00	202.827.000,00
Receita Tributária	25.607.300,00	12.187.700,00	27.795.000,00
Receita de Contribuições	2.700.000,00	22.723.000,00	25.423.000,00
Receita Patrimonial	833.500,00	8.519.000,00	9.356.500,00
Receita Agropecuária	0	0	0

Rua Antunes Ribas, n.º 1001 – CEP: 98.801-630 – Fone (55) 3312-0100 – Fax: (55) 3313.3636

www.santoangelo.rs.gov.br

2x



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



Receita Industrial	0	0	0
Receita de Serviços	40.700,00	0	40.700,00
Transferências Correntes	54.527.000,00	72.576.800,00	126.833.800
Outras Receitas Correntes	211.000,00	3.171.000,00	3.382.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0	38.343.000,00	38.343.000,00
Operações de Crédito Internas	0	27.700.000,00	27.700.000,00
Operações de Crédito Externas	0	0	0
Transferências de Capital	0	10.248.000,00	10.248.000,00
Alienação de Bens	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	395.000,00	395.000,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0	40.000,00	40.000,00
Receita de Contribuições – Intraorç.	0	40.000,00	40.000,00
Receita Patrimonial – Intraorç.	0	0	0
Outras Receitas Correntes – Intraorç.	0	0	0
8 – RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	0	0	0
Alienação de Bens – Intraorç.	0	0	0
Amortização de Empréstimos – Intraorç.	0	0	0
Outras Receitas de Capital – Intraorç.	0	0	0
9 – DEDUÇÕES DA RECEITA	0	13.650.000,00	13.650.000,00
....			
TOTAL	83.649.500,00	143.910.500,00	227.560.000,00

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 227.560.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões quinhentos e sessenta mil reais).

I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 159.249.950,00;

II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 68.312.050,00.

Art. 5º A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



GRUPO DE DESPESA	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
3. DESPESAS CORRENTES	107.430.800,00	61.181.050,00	168.611.850,00
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	57.015.810,00	44.319.600,00	101.335.410,00
3.1 - Pessoal e Encargos Social Operações Intraorçamentárias	16.888.625,00	3.431.000,00	20.319.625,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	2.544.000,00	200.000,00	2.744.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	30.982.365,00	13230.450,00	44.212.815,00
3.3 - Outras Despesas Correntes Operações Intraorçamentárias	0	0	0
4. DESPESAS DE CAPITAL	46.102.150,00	1.131.000,00	47.233.150,00
4.1 - Investimentos	43.003.950,00	1.131.000,00	44.134.950,00
4.2 - Inversões Financeiras	50.000,00	0	50.000,00
4.2 - Inversões Financeiras - Op. Intraorçamentárias.	0	0	0
4.3 - Amortização da Dívida	3.048.200,00	0,00	3.048.200,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.715.000,00	6.000.000,00	11.715.000,00
TOTAL	159.247.950,00	62.312.050,00	221.560.000,00

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2018, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de vinte por cento da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- a) anulação parcial ou total de suas dotações;
- b) incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- c) excesso de arrecadação.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de vinte por cento de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

lx



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



Parágrafo único. Também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, para fins da alínea b do inciso I do caput, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2017, obedecida a fonte de recursos correspondente.

Art. 8º No caso do Poder Executivo, o limite autorizado no artigo 7º, inciso I, não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III — despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

Art. 10 Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 11 Obedecidas às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 12 O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 13 Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos incisos I e III do art. 2º da Lei Municipal Nº 4.168/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto no § 1º do mesmo artigo.

Parágrafo único. Para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO JOSE ALCEBIADES DE OLIVEIRA, em 20 de dezembro de 2017.

JACQUES GONÇALVES BARBOSA
Prefeito